



# Vio Reino Renovar

ARTE NO TEMPO DE  
D. MANUEL I

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

24 jun – 26 set  
2021

# Vi o Reino Renovar

ARTE NO TEMPO DE  
D. MANUEL I

p. 18

**D. Manuel:  
entre reformas  
e serviço ao rei**

MARIA DE LURDES ROSA  
E DIOGO RAMADA CURTO

p. 38

**D. Manuel I  
como construtor.  
Do Manuelino  
ao *Manuelismo***

RAFAEL MOREIRA

p. 52

**Regras para a cidade.  
A regulamentação urbana  
no tempo de D. Manuel I**

HÉLDER CARITA

**NÚCLEO 1**

p. 62

**A emblemática  
manuelina, instrumento  
de comunicação  
política**

MIGUEL METELO DE SEIXAS

p. 76

**Uma Bíblia,  
um mosteiro  
e um rei**

ALICE SEDGWICK WOHL

p. 86

**Obras expostas  
(cats. 1 a 7)**

**NÚCLEO 2**

p. 96

**«Concertou o amo do  
Príncipe per mandado  
del Rei Nosso Senhor»:  
Bartolomeu de Paiva  
e as obras de D. Manuel**

MARIA JOÃO VILHENA DE CARVALHO  
MIGUEL SOROMENHO

p. 112

**«Guardando a nós nosso  
serviço, e ao povo seu  
direito»: D. Manuel  
e os pintores**

JOAQUIM OLIVEIRA CAETANO

p. 128

**Obras expostas  
(cats. 8 a 42)**

**NÚCLEO 3**

p. 160

**A escrita nas reformas  
manuelinas**

MARIA JOSÉ AZEVEDO SANTOS

p. 172

**O rei e o Arquivo Régio**

ROSA AZEVEDO

p. 182

**A Leitura Nova de D. Manuel  
no contexto europeu:  
o exercício escrito do poder  
através da prática, forma  
e cerimónia**

RANDOLPH C. HEAD

p. 194

**A Leitura Nova  
de D. Manuel I, um grande  
momento na história  
da iluminura europeia**

SYLVIE DESWARTE-ROSA

p. 208

**Obras expostas  
(cats. 43 a 74)**

**NÚCLEO 4**

p. 224

**A imprensa no período  
manuelino: «Quam  
necesaria he a nobre arte  
de ympresam»**

RUI MANUEL LOUREIRO

p. 238

**A cultura literária  
na corte de D. Manuel**

ISABEL ALMEIDA

p. 250

**Obras expostas  
(cats. 75 a 130)**

p. 276

**Bibliografia**

# D. Manuel: entre reformas e serviço ao rei

**Maria de Lurdes Rosa**

Instituto de Estudos Medievais  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
da Universidade NOVA de Lisboa  
Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR),  
Universidade Católica Portuguesa

**Diogo Ramada Curto**

Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI),  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
da Universidade NOVA de Lisboa

A história do rei D. Manuel e do seu reinado (1495–1521) foi contada muitas vezes e de diversos modos. Primeiro, por fortuna e acaso, aquele que fora duque de Viseu herdou a coroa do seu primo, D. João II. Feito rei, assistiu à partida e à chegada das armadas de Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e D. Francisco de Almeida. Durante o seu reinado, Afonso de Albuquerque tomou Goa, Ormuz e Malaca. As explorações marítimas continuaram pelo Pacífico, até às Molucas e ao Mar da China. Tristão de Ataíde conduziu uma embaixada ao Papa. Foram várias as reformas ensaiadas pelo monarca, tendo em vista uma bem ordenada sociedade, preocupada tanto com as Finanças como com os legados pios, mas nem por isso se esqueça a perseguição aos cristãos novos. Na corte, brilhou Gil Vicente, com as suas festas e representações teatrais. Vários foram os historiadores e cronistas que trabalharam sob o seu mecenato: Rui de Pina, Duarte Galvão ou Garcia de Resende. Sobre todos estes aspetos, são grandes os progressos que têm sido feitos pelas investigações históricas nas últimas décadas. É com base na sua consulta, bem como na sua crítica que escrevemos este capítulo.

Contudo, escusado será querer apagar da memória do reinado de D. Manuel uma série de leituras contrastadas ou sectárias que talvez recuem à *Crónica* de Damião de Góis, mas que, ao longo dos séculos XIX e XX, se sedimentaram nos usos que os poderes políticos procuraram fazer da figura e do reinado do *Venturoso*. Entre estes usos, uma memória difusa fixou dois tópicos principais, que continuam a impor-se nas interpretações mais revisionistas do absolutismo, das reformas legislativas e modernizadoras e do império colonial. Este último considerado erradamente tão excepcional, que pode ser tido mais como uma rede de comércio. Referimo-nos, por um lado, ao tópico de um rei que, por ser absoluto, teve a possibilidade de reformar, a começar pela Fazenda. O tópico — caro ao Estado Novo e aos defensores dos absolutismos do passado e do século XX — permitiu as mais diversas projeções de figuras do presente, a começar por Salazar, no passado. O Estado Novo queria representar-se como reformista e moderno. Por isso, o reinado de D. Manuel servia-lhe como uma luva. Mais: a própria corte absolutista nem sequer podia ser condenada como totalitária, porque encerrava em si muitos conflitos e divergências de opinião.

Isto é, o autoritarismo projetado em D. Manuel falava a linguagem de justificação do presente, alcançando uma das suas melhores justificações tanto nas reformas legais (modernas e conformes com o Estado de Direito, constitucional) como na demonstração de que existiram divergências de opinião.

Por outro lado, o reinado de D. Manuel representava a época de maior grandeza, e dos mais diversos “poderios”, à escala do império. Os projetos coloniais, imperiais, ultramarinos, mais ou menos militarizados, que foram desenvolvidos — tantas vezes de forma hesitante e inconsistente — encontravam em D. Manuel um dos seus principais modelos. Os Jerónimos, a Torre de Belém, tal como a Ribeira das Naus e o Terreiro do Paço carregavam consigo, atualizando, as marcas dessa grandeza. Foi contra esse quadro de referências que se declararam dissidências e exprimiram resistências, a par das lutas anticoloniais, em parte, organizadas a partir de França, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Por exemplo, em 1955, na revista *Présence Africaine*, Mário Pinto de Andrade, sob o pseudónimo de Buanga Fele, escreveu um importante artigo onde criticou a ideologia colonial portuguesa do lusotropicalismo. Considerou-a uma impostura. No seu entender, Gilberto Freyre baseara-se numa «falsa interpretação da génese da expansão marítima portuguesa»<sup>1</sup>.

A investigação que temos em curso sobre o reinado de D. Manuel foca-se em dois tópicos principais, do reformismo e dos poderes imperiais. Ao fazê-lo, procuramos tomar em linha de conta os quadros historiográficos produzidos pelo Estado Novo, mas alargando-os, até alcançar as suas raízes oitocentistas, e tentando perceber o modo como continuaram a condicionar algumas interpretações, revisionistas, dos nossos dias. Depois, tentamos ultrapassar uma série de antinomias (medieval–moderno, laico–religioso, guerra–mercadoria, interesses pessoais–racionalidade institucional, etc.), reconstituindo o modo como se articulavam sinais contrários. Para isso, dispomos de uma rica documentação arquivística, bem como de novas investigações sobre as carreiras de indivíduos e grupos.

Por último, gostaríamos que as nossas pesquisas fossem lidas e tomadas como complementares uma em relação à outra. Na primeira parte, respeitante às reformas, a direção adotada é de

<sup>1</sup> Andrade, 1955.

cima para baixo, ou seja, do rei para os que o cercam, da coroa para o reino; enquanto, na segunda parte, relativa aos “poderios” atribuídos a D. Manuel à escala do império e dos seus servidores, a direção é inversa e começa pelo rés-do-solo. Com base nos que procuraram apresentar-se como estando ao serviço do rei, interrogamo-nos, no final, sobre os limites da crença ou da adesão à monarquia, mesmo quando esta dispunha de tantos “poderios”.

## I. LEIS, FINANÇAS E ALMAS. COMPREENDER AS REFORMAS DE D. MANUEL

As reformas manuelinas são um tema historiográfico recente. Porém, os caminhos da sua constituição são muitos e contraditórios, encerrando em si matéria suficiente de reflexão sobre a construção social das figuras históricas, em diferentes contextos. Façamos um hiato em relação às obras dos cronistas coevos ou pouco posteriores a D. Manuel. Se perpassam por esses e outros escritos as ideias de reforma, mudança ou renovação — como no verso de Garcia de Resende que dá o mote a esta exposição no Museu Nacional de Arte Antiga —, as interpretações a que nos referimos não podem ser vistas como uma consequência direta do que, por exemplo, Damião de Góis terá dito de D. Manuel<sup>2</sup>. Se bem que as crónicas tenham permanecido, por muito tempo, as fontes quase únicas de uma escrita da história realizada em esferas literárias, polemistas ou corporativas — alheias a métodos científicos de interpretação do passado —, o facto de ter sido possível a um historiador tão ligado ao arquivo, como Anselmo Braamcamp Freire (que foi o maior editor de documentação da chancelaria e outras instituições manuelinas), apresentar uma imagem ainda mais negativa do rei do que a baseada nas crónicas<sup>3</sup> demonstra bem como as “fontes” não justificam o que se diz sobre o passado, e é imprescindível compreender, antes de mais, os contextos de produção das imagens daquele rei e do seu reinado.

O reinado de D. Manuel é, sob esta perspetiva, particularmente rico<sup>4</sup>. Situado, na periodização histórica que era já canónica no século XIX, entre a Idade Média e a Idade Moderna, valorado de forma equívoca ao longo da centúria que modelou firmemente as atuais visões do passado nacional — porque usou

a história para construir o “mito da nação”, mais do que qualquer outro discurso —, foi por esse facto, desde sempre, pesado na fatídica balança da “modernidade”. Acresceram-lhe duas outras características que calavam fundo na leitura que o presente oitocentista fazia das raízes ancestrais dos seus problemas — o facto de ter sido um momento de enorme afluência de riqueza, sem que tal tivesse desembocado numa duradoura supremacia europeia ou mesmo mundial; e o de ter sido o reinado em que se constituíra o território imperial que, no século XIX, estava em fase de reorganização, no quadro de uma apertada concorrência internacional. O que teria falhado, num momento em que a glória portuguesa parecia não ter rival? Por que se tinha desbaratado tanta riqueza, e em que campos moralmente reprováveis para a mentalidade burguesa (luxo, religião, miragens...)? Como fora, afinal, possível a decadência nacional, esse tema tão caro aos intelectuais de um tempo em que era central a leitura do devir histórico sob formas de progresso e modernização?

A leitura da história através de personagens heroicas — a par do questionamento da monarquia e do carácter incompleto da modernização da sociedade posterior às revoluções liberais — forneceu uma chave de leitura, sempre sob o pano de fundo do sentido da história, como progresso do ideal nacional de Oitocentos e Novecentos. A personalidade dos reis, bem como o parâmetro central da forma como haviam conseguido contribuir para a construção do Estado foram constituídos em tópicos explicativos, desenhando-se uma galeria de reis capazes ou incapazes, modernos ou arcaicos, austeros ou pródigos. D. Manuel foi apanhado nesta armadilha, de forma tão mais dramática quanto era forte a sensação de frustração do presente. Não poderia haver outra explicação para o “falhanço”, a não ser o carácter perdulário do rei, a sua vaidade, os vícios de estirpe e de educação, a sua fraca personalidade, dominado por padres e mulheres (note-se, de passagem, a evidência da misoginia dos autores oitocentistas e novecentistas). D. João II, a sua antítese, foi transformado em paradigma de modernização abortada, pelos mesmos fatores de bloqueio que continuavam a ameaçar a sociedade contemporânea.

Se é certo que as visões legadas por esta literatura histórica e polemista foram questionadas pelo desenvolvimento da

2

A Infopédia, um meio favorito de informação escolar juvenil (e não só), interpreta deste modo o poema de Resende, alimentando quanto a visões tão difundidas quanto, no mínimo, questionáveis: «Refletindo o processo histórico-cultural que acompanhou o nascimento da idade moderna, o autor da *Miscelânea* assume-se como espectador das inúmeras transformações políticas, económicas, sociais, morais, de modas, de costumes verificadas nos últimos oitenta anos: as viagens de descoberta, a constituição de impérios, a emergência do capitalismo, o desmoronar do sistema feudal, o desenvolvimento da cultura palaciana, a ascensão de novas classes dominantes e novos valores, o aparecimento da imprensa, etc. [...] Confluindo na temática do desconcerto do mundo, resolvida na crença de que só a fé em Deus dá sentido à mudança, a *Miscelânea* nasce, por outro lado, do desejo humanista, já enunciado no prólogo ao *Cancioneiro*, de registar em vulgar todos os feitos que, mau grado a sua “mundana glória”, não devem ser esquecidos.» *Miscelânea de Garcia de Resende, e variedade de historias, costumes, casos, e cousas / que em seu tempo aconteceram* in Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-03-29 14:40:26]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/%7Cmiscelanea-de-garcia-de-resende-e-variedade>

3

Freire, 1910, *passim*.

4

As linhas que se seguem baseiam-se em João, 2002 e Matos, 2008; em Costa, 2005 estes aspetos não são analisados com a atenção que nos parecem merecer; útil, para colmatar, a consulta de Fonseca, 2005.



Fig. 1  
*A Partida de São Francisco Xavier*, atribuído a José Pinhão  
 de Matos, c. 1710-1725, pormenor da Ribeira das Naus e das ruas  
 onde se concentravam as casas dos cortesãos ligados a D. Manuel.  
 Museu Nacional de Arte Antiga, inv. 390 Pint.

historiografia científica nas últimas décadas do século XX, é forçoso constatar que nem todos os problemas estão resolvidos. A este respeito, é exemplar a questão das reformas manuelinas.

Em primeiro lugar, porque a atenção contemporânea para as mesmas foi despertada por um historiador do direito — Marcello Caetano — que tinha uma ligação total ao regime de Oliveira Salazar<sup>5</sup>. Por um lado, a história do direito praticada pelo autor, se bem que erudita e informada quanto às fontes, era fortemente presentista, não dispondo dos meios conceptuais necessários para interpretar o seu objeto de estudo, e mantendo-se — em função do isolamento universitário português — arredada da renovação historiográfica que então se começava a processar na Europa e nos Estados Unidos da América quanto à interpretação do direito nas sociedades europeias pré-modernas. Por outro lado, difícil será não

ligar a visão de um rei reformador e moderno, mas autoritário, construtor de uma modernização do Estado e do império, à situação política em que Marcello Caetano vivia e na qual pretendia desempenhar o papel de protagonista central.

As leituras subsequentes da “modernização legislativa” manuelina têm oscilado entre, por um lado, o seguimento acrítico — e com frequência heroicizante, tanto mais quanto feita em sede de instituições que se veem como “diretas descendentes” das criadas pelos reis tardo-medievos — da perspectiva de Caetano; e, por outro lado, a visão integrada das medidas legais e administrativas no conjunto das sociedades da época, que questiona cada vez mais as ferramentas necessárias para interpretar um fenómeno como a “construção do Estado” na sociedade de Antigo Regime europeu.

Este último avanço deve muito, evidentemente, à multiplicidade de investigações que foram desenvolvidos a partir da década

<sup>5</sup> Caetano, 1955; o carácter fundador desta perspectiva é apreciado, assumido e desenvolvido em Amaral, 2004: pp. 53 e ss, e ss, tendo-se tornado uma quase narrativa na apreciação do tema.



Fig. 5  
 Antônio de Holanda, *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*.  
 Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, PT/SCMLSB/SCML/ CR/07/02.





Fig. 2  
Igreja Matriz da Golegã, fachada. Situada numa das encruzilhadas viárias mais concorridas do Reino, entre Lisboa, Tomar e Coimbra, portal enquadrado entre dois suportes de toros retorcidos presos a meio e no alto por coroas, é um autêntico mostruário de temas ornamentais manuelinos, qual loja de miudezas ou retrosaria: do par de pergaminhos enrolados a indicar haver ali hospital (ou hospedaria) e cruces de Cristo a proclamar a dignidade honorífica do rei D. Manuel, a botões, vários tipos de cordas, laços, presilhas, cairéis, galões, motivos vegetais e de passamanaria. Na base, uma cartela ostenta a legenda *Memória de quem a me fabricou*, mas sem dizer quem foi.



Fig. 3  
Casa de Garcia de Resende, Évora, janela de sacada, c. 1520. Em lugar vistoso – Rua de São Manços frente à Porta de Moura –, a casa do cortesão, poeta e cronista ostenta “janela de aparato” única, por ser solteiro (Bilou, 2016). Escrivão e bom desenhador, autor do projeto da Torre de Belém, é usual atribuir-lhe esta, rara em escapar ao gosto mudéjar. O toro superior flete-se em três arregaços de florões radiantes e amarra a toros laterais por cordas em dois soberbos laços de pedra: os “nós”, símbolo de fiel relação e afeto decerto sob influência do moto dos Bragança («Depois de vós, nós»), sinal de que os procedimentos construtivos de D. Manuel I eram partilhados por sua nobreza.



Fig. 1  
Cerimónia da quebra dos escudos,  
atribuído a António de Holanda, Livro  
de Horas de D. Manuel, 1530-1534, fl. 130.  
Museu Nacional de Arte Antiga,  
inv. 14/130 illum.

Fig. 2  
Moeda portuguesa, anverso e reverso.  
INCM/Museu Casa da Moeda, inv. 9401.



O momento em que ocorreu esta encomenda régia para a capela pessoal do rei, que deixou depois a custódia em testamento ao Mosteiro de Santa Maria de Belém, está intimamente ligado à conclusão da obra da fachada sul do mosteiro jerónimo, da autoria de João de Castilho (1470–1552), tornando-se evidente a sua ligação na conceção formal de ambas as obras, à sua escala, e na própria organização dos respetivos programas iconográficos.

Na base da custódia destacam-se motivos de fauna e flora, de esmerada execução e coloração, onde já se quis ver inspiração em modelos da iluminura flamenga, sobressaindo um caracol e um pavão, animais identificados com a simbologia medieval da Ressurreição. A legenda que circunda todo o perímetro da peça, afirmando o encomendante real e a data da encomenda, referindo a importância simbólica da proveniência do ouro, é reforçada pela repetição da insígnia pessoal régia — a esfera armilar, que, por seis vezes, surge acoplada à haste, sugerindo a figura do monarca como o intermediário entre os dois mundos: o terreno e o espiritual.

Na parte superior da peça, em torno de um viril tubular, ergue-se a estrutura microarquitetónica superior, idêntica às das grandes peças do gótico tardio internacional. É precisamente nesta estrutura que se distribuem, em escalas variadas, múltiplas figurações iconográficas num notável trabalho do ouro dúctil, demonstrando a forma como os esmaltes enriquecem a peça, colorindo-a com vivas cores gemológicas. Assim, estas figuras contribuem para glorificar a sua função última — a exposição do Corpo de Deus transubstanciado. É aqui que se observa uma pequena Anunciação, minúsculos anjos e arcanjos músicos, que sugerem a entoação de uma melodia elevatória do espírito do fiel, os profetas que previram biblicamente o advento do Messias, e, finalmente, Deus-Pai e a própria cruz, numa consistente justificação da ordem do mundo, garantida pela dimensão quase sacralizada do próprio rei, cujo nome, *Emanuel*, anunciava já essa natureza providencial.

LP



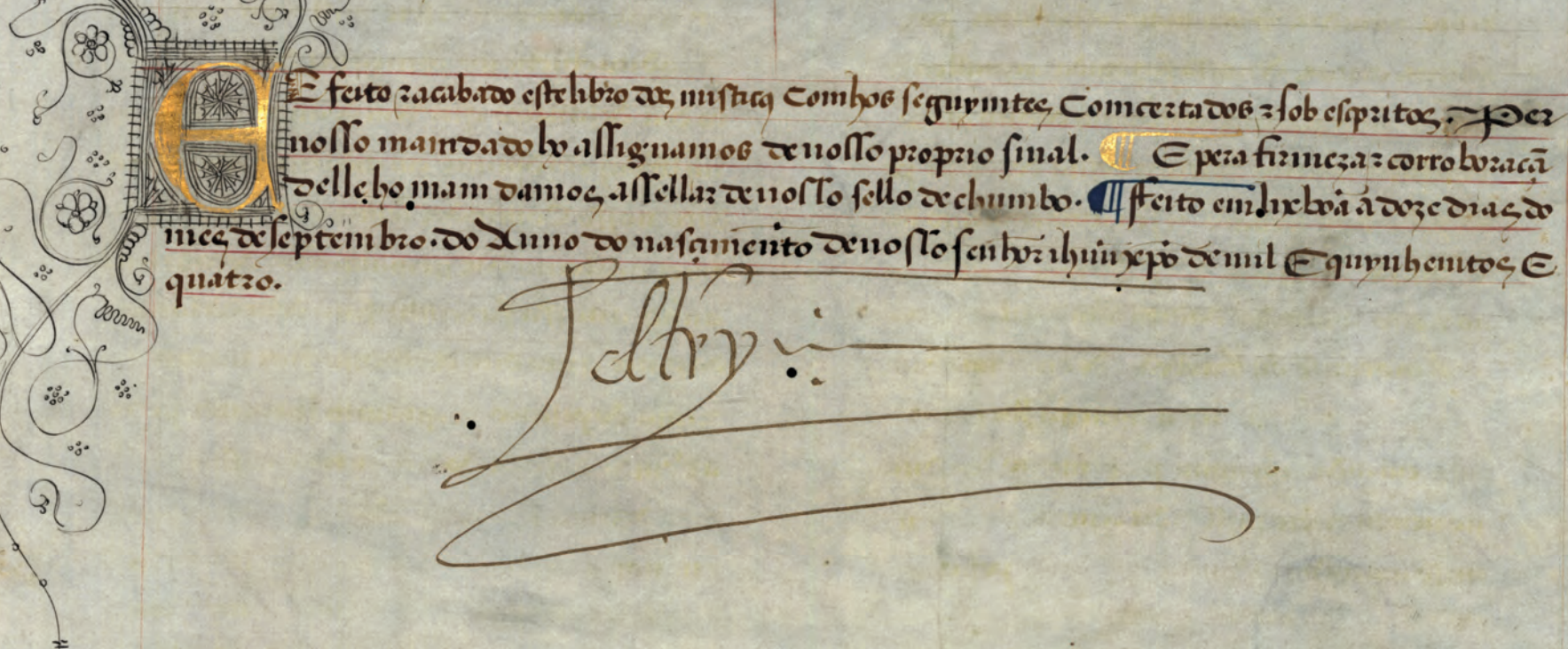


Fig. 5  
Assinatura de D. Manuel na última página de *Leitura Nova* 30 (Místicos 1). No contexto europeu, era extremamente invulgar que o rei assinasse uma coleção arquivística desta natureza, embora os monarcas fossem normalmente os autores de cada um dos privilégios encontrados no registo régio. Esta assinatura, juntamente com a autenticação detalhada de cada página, constitui uma pista importante acerca da natureza da *Leitura Nova*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Leitura Nova*, liv. 30 (Místicos 1), fl. 302, Cód. Ref. PT/TT/LN/0030.

determinam diretamente a credibilidade das entradas. Designadamente, no final de quase todas as páginas, ao longo de vários milhares de folhas, o escrivão supervisor da chancelaria após a sua assinatura, cuidadosamente inserida para impedir que novas linhas de texto fossem adicionadas a cada uma das colunas (fig. 4). Estas assinaturas notariais não só confirmavam a ausência de adulteração como conferiam fé pública (*publica fides*) às entradas, de acordo com a prática notarial. O escrivão supervisor adicionava ainda uma entrada na última página redigida da maioria dos volumes, não só confirmando que inspecionara o conteúdo como também indicando explicitamente o número total de folhas, segundo um método de autenticação mais tarde sancionado na obra *De Re Diplomatica*, de Jean Mabillon (Mabillon, 1681: p. 237).

Deste modo, é totalmente consistente com esta prática que, além do licenciado que revia as cópias, comparando-as com os registos originais, D. Manuel I tenha assinado pessoalmente os três primeiros volumes a serem concluídos (ver Deswarte, 1977: pp. 220-229) (fig. 5).

O rei reafirmou o seu apoio pessoal a este empreendimento numa carta datada de janeiro de 1517, na qual concede mercês à equipa de produção. Além disso, o monarca adicionou um artigo ao seu testamento de abril de 1517 em que ordenava que o seu sucessor continuasse «no coregimento da tore do tombo», notando «me parecer que sera cousa muy proveitosa» (citado em Deswarte, 1977: pp. 236-27). D. Manuel compreendia a *Leitura Nova*, a qual encomendou e autenticou pessoalmente, como o culminar de todos os tombos, reunindo e aperfeiçoando os registos de privilégios e poder que os seus antecessores haviam criado. Situar-se-ia num plano equivalente, embora superior, ao dos vários tombos em forma de livro que foram criados na mesma época pela nobreza portuguesa a fim de documentar as suas casas, capelas e morgadios. A *Leitura Nova* de D. Manuel, guardada «nesta nossa mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa [em] huma torre em que pera sempre estevesse o tombo e a memoria de todas estas cousas» (citado em Deswarte, 1977: p. 232), documentava e exibia o poder do rei sobre todo o seu reino.

Foral Novo de Évora  
 1 de setembro de 1501  
 Duarte de Armas (?), iluminura  
 Pergaminho  
 30,5 × 21,5 cm  
 Câmara Municipal de Évora



**Ampulheta**

1501-1525

Prata dourada, vidro,  
fio de seda (?) e de ouro  
18,5 cm; ø 12,1 cmProveniência: conventos  
extintos, 1883  
MNA, inv. 109 Our

Objeto de presença habitual nas mesas do despacho, as ampulhetas foram um instrumento expressivo da afirmação do poder real nos locais mais recônditos do reino. Este raro exemplar, de grande qualidade artística e de boa execução técnica, do qual não se conhece a proveniência exata, é mais um instrumento que reflete a atitude programática do desejo de propagar a omnipresença da autoridade régia. Numa das faces, ou apoios, observam-se, cinzeladas, as armas da Casa Real, e na outra a esfera armilar, empresa de D. Manuel I. Parece evidente que a necessária constante inversão de ambos os apoios, para permitir que a areia fluísse entre as duas ampolas, chamava a atenção dos presentes na sala para as armas reais e a insígnia pessoal do rei, que assim marcava presença simbólica naquele espaço.

Os elementos decorativos sobressaem pela feliz articulação entre elementos microarquitetónicos de memória gótica, expressos nas cimalthas flordelisadas e nas múltiplas gárgulas fantasiadas que rematam ambas as extremidades dos colunelos, e motivos já do primeiro Renascimento, patenteados nas coroas de louros que circundam o perímetro de ambos os apoios e nos motivos vegetalistas que envolvem os símbolos heráldicos. Estes elementos somados, ainda que numa peça de pequenas dimensões, coincidem com o vocabulário ornamental do vasto programa de renovação artística manuelina.

LP





112



113



114



115



116



117



118



119



120



121



122

# Catálogo

## COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Joaquim Oliveira Caetano  
Rosa Azevedo  
Rui Manuel Loureiro

## COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ana Sousa  
Miguel Soromenho

## APOIO ADMINISTRATIVO

Cristina Roquette

## TEXTOS

Alexandra Reis Gomes Markl (ARGM)  
Alice Sedgwick Wohl  
Ana Kol Rodrigues (AKR)  
Anísio Franco (AF)  
Constança Azevedo Lima (CAL)  
Diogo Ramada Curto  
Hélder Carita  
Isabel Almeida  
Joaquim Oliveira Caetano (JOC)  
Leonor de Liz Amaral (LLA)  
Luísa Penalva (LP)  
Maria de Lurdes Rosa  
Maria João Vilhena de Carvalho (MJVC)  
Maria José Azevedo Santos  
Maria Lima Mayer (MLM)  
Mário de Gouveia (MG)  
Miguel Metelo de Seixas (MMS)  
Miguel Soromenho  
Paulo Santos Costa (PSC)  
Rafael Moreira  
Randolph C. Head  
Rosa Azevedo  
Rui Manuel Loureiro  
Sylvie Deswarte-Rosa

## TRADUÇÃO

Inglês para português: KennisTranslations  
(José António Oliveira e Raquel Reis)

## DESIGN GRÁFICO

Sónia Teixeira Pinto

## REVISÃO

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

## CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

### Ensaio

(pp. 18-37)  
DGPC/ADF, Carlos Monteiro: fig. 1  
José Avelar/Museu de Lisboa: fig. 3  
Núcleo de Audiovisuais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: fig. 5  
Biblioteca Nacional de Portugal: figs. 2, 4  
(pp. 38-51)  
bpk / Ethnologisches Museum, SMB: fig. 1  
Câmara Municipal Armamar: fig. 6  
Comissão Diocesana para os Bens Culturais da Igreja de Santarém – Miguel Cardoso: fig. 5  
DGPC/ADF, José Rúbio: fig. 2  
DGPC/SIPA (Direção-Geral do Património Cultural/Sistema de Informação para o Património Arquitetónico): fig. 3

Nicole Martins: fig. 7  
President and Fellows of Harvard College: fig. 4

(pp. 52-59)  
Biblioteca Nacional de Portugal: figs. 1, 2  
Câmara Municipal de Cascais/Museu Condes de Castro Guimarães: fig. 5  
DGPC/ADF, José Pessoa: fig. 4  
Imagem cedida pelo ANTT: fig. 3  
Leiden University Library: fig. 6

(pp. 62-75)  
DGPC/ADF, Francisco Matias: fig. 4  
DGPC/ADF, José Pessoa: fig. 1  
Imagem cedida pelo ANTT: fig. 3  
INCM/Museu Casa da Moeda: fig. 2  
PSML | Luís Duarte: fig. 5

(pp. 76-85)  
DGPC/ADF, Luísa Oliveira e José Paulo Ruas: fig. 6  
Imagem cedida pelo ANTT: figs. 1-5  
Ralph Lieberman: figs. 7-8

(pp. 96-111)  
DGPC/ADF, Carlos Monteiro: fig. 3  
DGPC/ADF, José Paulo Ruas: fig. 6  
DGPC/ADF, José Pessoa: fig. 4  
Francisco Soares de Oliveira (GCI/FLUC): fig. 5  
Imagem cedida pelo ANTT: fig. 1  
Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja/Terra das Ideias, 2011: fig. 2

(pp. 112-125)  
DGPC/ADF, Luísa Oliveira: figs. 2, 3  
DGPC/ADF, José Pessoa: figs. 1, 4

(pp. 160-171)  
AUC – fig. 1  
Biblioteca Nacional de Portugal: fig. 6  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: fig. 2  
Imagem cedida pelo ANTT: figs. 3-5

(pp. 172-181)  
Imagem cedida pelo ANTT: figs. 1-6

(pp. 182-193)  
Burgerbibliothek Bern, photograph:  
Codices Electronici AG: fig. 6  
Imagem cedida pelo ANTT: figs. 1-5

(pp. 194-207)  
Imagem cedida pelo ANTT: figs. 1-3, 5-9  
Imagem cedida pelo ANTT: fig. 4

(pp. 224-237)  
Biblioteca Nacional de Portugal: figs. 1-5

(pp. 238-249)  
Biblioteca Nacional de Portugal: figs. 1, 3, 4  
Imagem cedida pelo ANTT: figs. 2, 6  
Images from the collections of the Biblioteca Nacional de España: figs. 5, 7

## Obras expostas

Biblioteca Nacional de Portugal: cats. 75-88, 90-106, 124-129  
Carlos Neves, Gabinete de Comunicação da CME: cat. 70  
Cortesia do Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo / DGPC: cat. 39  
Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica (Arnaldo Soares: cat. 17; Carlos Monteiro: cat. 109; José Paulo Ruas: cat. 12; José Pessoa: cats. 1, 8, 13-15, 18-20, 23, 31, 37-38, 40, 43-45, 71-74, 107, 108, 110, 111, 130; Luís Pavão: cats. 30, 32; Luísa Oliveira: cats. 9, 24, 25, 41-42; Manuel Palma: cat. 26; Sónia Costa: cat. 36)  
DICM/SCML: cat. 22  
Fundação da Casa de Bragança: cat. 123  
Imagem cedida pelo ANTT: cats. 5-7, 33-35, 46-65  
INCM/Museu Casa da Moeda: cats. 112-122  
José Almeida: cat. 16  
José Avelar/ Museu de Lisboa: cats. 3, 4, 11  
José Manuel Costa Alves: cat. 21  
Museu Rainha Dona Leonor/António Cunha: cats. 66-69  
Núcleo de Audiovisuais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: cat. 89  
Paulo Alexandrino: cat. 10  
Pedro Mora – Fundação Medeiros e Almeida: cat. 29  
PSML | EPI – Escola Profissional de Imagem: cat. 2  
Tiago Pinto (assistente: Pedro Barreiros): cats. 27-28

## IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

© Edição: MNA e INCM, 2021  
© Textos: os seus autores, 2021

## ISBN

978-972-27-2946-8

## DEPÓSITO LEGAL

482896/21

## N.º DE EDIÇÃO

1024861





ISBN 978-972-27-2946-8



9 789722 729468

 REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
CULTURA

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**  
Direção-Geral do Património Cultural

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E  
DAS BIBLIOTECAS



**BNP**

BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE PORTUGAL



2021PORTUGAL.EU

